

Construindo a identidade do Bacharelado em Administração Pública em Varginha: reflexões a partir do processo de interiorização e construção do campo do saber

Luiz Antônio Staub Mafraⁱ

Fernanda Santinelliⁱⁱ

Paulo Roberto Rodrigues de Souzaⁱⁱⁱ

1. Introdução

O Bacharelado em Administração Pública da UNIFAL-MG, campus Varginha, iniciou suas atividades no início do ano de 2009, no processo de reestruturação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Apesar de sua curta trajetória, é possível identificar um conjunto de experiências que refletem, por um lado, os esforços da consolidação do campo de públicas¹ no Brasil e de outro, o enfrentamento dos desafios de criação de um curso em condições peculiares.

Fatores como a expansão das IFES, a interiorização do ensino superior público e a consolidação dos cursos do campo de públicas, são desafios para a construção da identidade de um curso novo em um campus em processo de implantação. Outros desafios se seguem pelo fato de o curso de Administração Pública da UNIFAL-MG estar vinculado à formação de um ciclo básico, ou seja, ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (BI), cuja proposta pressupõe o diálogo entre áreas de diferentes campos do conhecimento e uma concepção mais humanística na formação do discente.

Dessa forma, o presente texto procura relatar a experiência do Bacharelado em Administração Pública da UNIFAL-MG, a partir da perspectiva de atores participantes da implantação do curso e remodelação da proposta original.

Assim, trazemos, num primeiro momento, uma discussão introdutória sobre a trajetória dos cursos de Administração Pública no Brasil; em seguida apresenta-se uma contextualização sobre o processo de expansão e a consolidação de novos campi para

¹ A expressão “campo de públicas” está em estado de discussão e elaboração por atuantes da área. Em uma primeira definição, elaborada pelo Prof. Valdemir Pires com contribuições do Prof. Carlos Vainer, o Campo de Públicas “é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Política Pública, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social, referindo-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometidos com o aperfeiçoamento democrático e republicano, que tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais, e promover processos que contribuam para o aperfeiçoamento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e intensificação e ampliação das formas de participação democrática da sociedade civil na condução dos assuntos públicos, aí compreendidos tanto as ações de governo quanto a de outros agentes públicos não governamentais - organizações da sociedade civil de modo geral.”

compreensão da realidade vivenciada pelo curso de Administração Pública de Varginha e finaliza-se com o processo de discussão sobre a evolução do projeto pedagógico do curso.

2. A trajetória do ensino de Administração Pública no Brasil

A Administração como ciência deriva de várias escolas do pensamento social. Suas características predominantes foram cunhadas por contribuições de diversas áreas do conhecimento, em especial das áreas de Engenharia, Psicologia, Sociologia e Antropologia. Parte dessas contribuições se deu a partir de problemas concretos vivenciados na sociedade industrial. Os trabalhos consagrados de Taylor no início do século passado tiveram grande aceitação entre as empresas, pois, na época, possibilitou o aumento de produtividade com a introdução da administração científica, cujos parâmetros de produtividade colocavam o trabalhador em situação análoga ao de uma máquina, predominando a visão do *homo-economicus*.

Vale ressaltar que a administração, enquanto corpo teórico, já vinha sendo lapidada por outros pesquisadores anteriores a Taylor e Fayol, muitos deles com preocupações sobre as consequências do industrialismo na sociedade, os quais são considerados precursores da administração e que contribuíram para que esta alcançasse o *status* de “ciência” na sociedade, como reforça Park *et al* (1997):

Assim, do ponto de vista cultural, a Teoria da Administração “tinha licença para nascer”. Coube, entre outros, a Morelly, Saint-Simon, Fourier, Owen e Blanc, a criação de um ambiente que possibilitasse o nascimento de uma ciência que hoje se configura como uma das mais importantes para a sociedade global. (PARK, et al, 1997, p.16.)

A partir deste marco histórico, no qual a administração atinge *status* de ciência, são identificadas várias escolas do pensamento que influenciaram na formação da administração e várias delas contribuíram com o processo racionalizador da sociedade.

Porém, a Administração Pública não se reduz apenas à aplicação de técnicas de racionalização, embora esta premissa tenha sido amplamente utilizada nas organizações privadas e ser possível sua aplicação também na Administração Pública, que tem, dentre suas funções, características que ensejam a superação do interesse particular conforme Guerreiro Ramos já enfatizava na década de 1950:

A racionalização na esfera da Administração Pública não se converte em mera aplicação do saber técnico na organização de atividades. É, principalmente, um processo de transformação do aparato estatal, que se opera a custa da diminuição (e até anulação) da eficácia da tradição [...]. Na Administração Pública, a racionalização é, antes, uma fase da evolução do Estado que uma tecnologia propriamente dita. Ela surge, sob a forma do que Max Weber chamou burocracia, naqueles tipos de Estado em que, sob a influência do constitucionalismo, se afirma o predomínio da função pública sobre a feudalidade e a soberania territorial, ou seja, do interesse universal sobre o interesse particular. (RAMOS, 2008, p. 86)

Bresser Pereira (2009) também defende a ideia de que a Administração Pública é essencialmente diferente da Administração de Empresas, já que essa última tem como mecanismo de coordenação o mercado e como principal objetivo o lucro, enquanto na primeira este mecanismo é político e o objetivo é o interesse público. Por isso, segundo o autor, não se pode simplesmente levar as práticas e conceitos de um setor para o outro, deve-se “filtrar e reelaborar criticamente cada conceito, cada técnica” (BRESSER PEREIRA, 2009, p. 343).

Além disso, o desenvolvimento da Administração Pública não pode prescindir as suas relações político-institucionais com as transformações do Estado e da sociedade. Assim, como os estudos em Administração tiveram suas escolas atreladas às demandas da sociedade industrial, a Administração Pública, como um campo de saber, também é influenciada pelas diversas transformações da sociedade.

A Administração Pública como área de conhecimento é marcada por uma sucessão de paradigmas. Segundo Keinert (1994), de 1900 a 1929, a Administração Pública é identificada como Ciência Jurídica (1900-1929). Numa visão estritamente legalista para administrar o Estado bastava-se compreender o Direito Administrativo: “...verifica-se que Direito Administrativo e Administração Pública parecem ser equivalentes, ou melhor, que esta última resulta dependente do primeiro.” (KEINERT, 1994, p. 42-43).

No período de 1930 a 1979, a Administração Pública é vista como Ciência Administrativa, uma vez que a aplicação dos princípios gerais da Administração, em qualquer contexto, permitia identificar a Administração Pública com a Administração de Empresas. Já no terceiro estágio de sua trajetória, entre os anos de 1980 a 1989, a Administração Pública recebe forte influência da Ciência Política constando-se a supremacia da política sobre as técnicas legais e de gestão (KEINERT, 1994).

Na década de 1990, o caminhar do processo de redemocratização do país deu ensejo à redefinição das atribuições do Estado, fato que contribuiu para que a Administração Pública fosse compreendida como tal (KEINERT, 1994).

De acordo com Coelho (2006), a graduação em Administração Pública passou por movimentos significativos, que o autor organiza em quatro ciclos: o 1º ciclo (1952-1965) é marcado pela criação, em 1952, do Bacharelado em Administração Pública pela EBAP e pela irradiação de cursos de Administração Pública no país seguindo seus moldes; o 2º ciclo (1966-1982) compreende o auge destes cursos até a retração antecedendo a crise do pós-80; o 3º ciclo (1983-1994) é identificado pela extinção do curso da EBAP, pela crise do ensino de Administração Pública no país e pelo seu ressurgimento com implantação dos cursos da UNESP e da Fundação João Pinheiro e, por fim, o 4º ciclo, iniciado em 1995 e

ainda em construção, marcado pela expansão dos cursos de Administração Pública no Brasil:

...com a expansão dos cursos de graduação em Administração Pública no país no pós-95, afigura-se um 4º ciclo neste ensino superior, o qual sucede a letargia dos anos oitenta e dinamiza o realento do limiar dos anos noventa que caracterizam o 3º ciclo (1983-1994)... Aparentemente é um estágio em construção, no qual as transformações da Administração Pública brasileira em geral – e a demanda potencial nesse mercado de trabalho em particular – (re)oportunizam a oferta do ensino de graduação em Administração Pública. (COELHO, 2006, p. 93).

No caso do Brasil, particularmente, ocorreram transformações significativas desde o fim da ditadura militar e do início do processo de redemocratização do país. Transformações essas que incorporam novas demandas sociais, políticas públicas, práticas e saber-fazer governamentais. Ao constituir-se um Estado Democrático de Direito, o Estado brasileiro deve se empenhar a garantir aos cidadãos, além do exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, a participação em cada um dos Poderes constituídos. Essa nova faceta estatal contribui para a diminuição das relações de subintegração e sobreintegração típicas do Estado brasileiro, como observa Neves (1994).

Os avanços político-democráticos conquistados pelos países latino-americanos requerem novas formas de gestão dessas políticas, bem como dos governos no sentido de atendimento às novas demandas e das que já estão garantidas constitucionalmente. Além disso, os avanços tecnológicos e as inovações sociais têm contribuído sobremaneira para se repensar as possibilidades transformadoras da administração pública.

Nesse sentido, é importante considerar o campo de públicas com vistas às novas demandas e ao próprio desenvolvimento do Estado e da Sociedade. Dessa forma, justifica-se a formação profissional nesta área com um perfil capaz de lidar com esses processos de transformação e de colocar em primeiro plano os interesses públicos e universais.

3. A interiorização do ensino superior: a criação do novo campus da UNIFAL-MG em Varginha

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) teve seu histórico marcado por cursos na área de saúde. A UNIFAL é uma universidade quase centenária, considerando sua origem na antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), cuja fundação foi no dia 03 de abril de 1914.

Entretanto, sua expansão mais significativa em termos de ampliação do quantitativo de cursos se dá a partir do ano de 1999, quando foram implantados os cursos de Nutrição, Ciências Biológicas e a Modalidade FÁRMACOS e MEDICAMENTOS, para o curso de Farmácia. Como resultado dessa expansão inicial, em 2001 a antiga Escola transformou-se em Centro

Universitário Federal e em 2005 o Centro transformou-se na atual Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

A partir dessa reestruturação ocorreu a implantação de outros cursos e um processo mais acelerado de expansão². Com o REUNI³, o Governo Federal investiu recursos para que as IFES promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior (MEC, 2012). Além dos cursos já mencionados, criados no campus de Alfenas, foram criados mais dois *campi* no ano de 2009, um em Poços de Caldas e outro em Varginha. No campus de Poços de Caldas foram concentrados cursos na área de engenharia, com os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia Urbana e Ambiental, Engenharia de Minas e Engenharia Química; já no campus de Varginha concentraram-se os cursos de Ciências Sociais Aplicadas, iniciando com o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, Bacharelado em Ciências Atuariais, Bacharelado em Economia com ênfase em Controladoria e o Bacharelado em Administração Pública.

Com a ocorrência de tal processo, vários desafios tiveram que ser superados para a implantação e consolidação dos novos cursos: infraestrutura, corpo docente, cursos com modalidades de ensino diferenciadas, planejamento e aquisição de material didático (biblioteca, laboratórios), atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais, dentre outros.

O processo de interiorização das universidades públicas federais teve um impacto marcante em todo o país. O primeiro e mais previsível é o fato de levar o ensino, pesquisa e extensão para o interior, mas também promoveu uma rearticulação dentro das próprias universidades, cujas estruturas eram organizadas para atendimento de um número específico de cursos e não para uma realidade de universidades multi *campi*.

De fato, a expansão traz consigo mudanças na cultura e no comportamento das instituições, que passam a lidar com uma gama de problemas e situações relativamente mais complexas que a enfrentada num passado próximo. Conviver com novos cursos, novos professores, novos *campi*, é uma realidade diferente para a comunidade acadêmica, principalmente para aquelas com cursos que se tornaram tradicionais nessas instituições.

Assim, é importante compreendermos os desafios existentes na implantação de cursos em novos *campi* e em Universidades já consagradas em determinadas áreas do conhecimento, como é o caso da implantação do curso de Administração Pública no

² Dando sequência ao processo de expansão universitária, em 2007, foram implantados os cursos de Química (Licenciatura); Geografia (Bacharelado); Geografia (Licenciatura); Biotecnologia, mais as Ênfases Ciências Médicas e Ciências Ambientais no curso de Ciências Biológicas e ampliou-se a oferta de vagas para o curso de Nutrição. Em 2008, o curso de Ciências Biológicas com Ênfase em Ciências Médicas foi transformado no de Biomedicina. No ano de 2009, foram inaugurados os cursos de História (Licenciatura); Letras - Bacharelado em Português e Bacharelado em Espanhol; Letras - Licenciatura em Português e Licenciatura em Espanhol; de Ciências Sociais (Licenciatura/Bacharelado) e o curso de Fisioterapia

³ Apesar da importância da discussão do REUNI para as IFES, a discussão aqui referenciada limita-se a interpretar alguns de seus impactos na vida acadêmica observados pelos autores.

campus Varginha, um dos novos campi avançados da UNIFAL-MG, universidade tradicionalmente conhecida pela excelência na área de saúde.

O campus avançado de Varginha começou com uma infraestrutura provisória, com certo grau de precariedade em suas instalações, considerando as necessidades acadêmicas e o processo ensino-aprendizagem. Cabe ressaltar que esta foi uma estratégia para a política de expansão adotada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o qual liberava recursos a partir do momento que os cursos eram criados. Dessa forma, enquanto o prédio definitivo para a instalação do novo campus não era finalizado os cursos foram instalados em local provisório.

O local escolhido foi uma antiga fábrica de laticínios, a qual, apesar de sua ampla área e aprazível área verde, não dispunha de condições para abrigar de maneira satisfatória o curso do Bacharelado Interdisciplinar (núcleo básico da Administração Pública). Além disso, as turmas, dentro de uma concepção inicial de otimização de infraestrutura, tinham nada menos que 165 alunos, os quais ocupavam a mesma sala de aula.

Este modelo proposto inicialmente foi rapidamente rechaçado pela maioria dos professores que assumiram as unidades curriculares (disciplinas) do primeiro ciclo. Além das condições de infraestrutura, a sala de aula com esse número de alunos trazia sérios prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem. Dentre eles podemos ressaltar que a participação dos alunos estava seriamente comprometida, pois boa parte desses ficava intimidada para questionar ou participar de debates frente aos demais colegas. Assim, muitos professores tiveram que rever seus métodos pedagógicos e procurar alternativas que pudessem superar a distância que se estabelecia na interação entre aluno/professor e vice e versa.

Isto provocou uma mobilização dos professores no sentido de demandar o aumento do corpo docente para a divisão das turmas. Assim, depois de vários encontros e discussões, o reitor, em negociação com o MEC, conseguiu aumentar o número de professores para que as turmas fossem divididas e, a partir do segundo semestre de 2012, as novas turmas já passaram a contar com 75 alunos. Dessa forma, as primeiras turmas de Administração Pública foram gestadas nesse período de turmas grandes e também da rotatividade de professores.

No campus Varginha, a rotatividade de docentes foi de 46,87%, ou seja, em três anos de funcionamento do curso, cerca de quinze docentes de um universo inicial de trinta e dois deixaram o campus para prestarem serviço em outras IFES. Além disso, houve a dificuldade no preenchimento de vagas de docentes com área de atuação em administração pública. Parte dessa dificuldade pode ser atribuída à crise do ensino em administração

pública, reduzindo o número de profissionais com este perfil para atuação na docência do ensino superior⁴.

Embora esses desafios iniciais de infraestrutura tenham obstado uma rápida consolidação do novo campus e do novo curso, na área pedagógica os desafios foram a adequação dos conteúdos do primeiro ciclo de formação. O curso de administração pública tem como primeiro ciclo de formação o BI. Se por um lado este ciclo de formação inicial provê ao acadêmico uma visão sistêmica e interdisciplinar, por outro, este criou um esforço adicional no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais.

4. Dinâmica curricular: do projeto de implantação à construção do projeto pedagógico

O Bacharelado em Administração Pública da UNIFAL-MG tem como primeiro ciclo de formação o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, uma modalidade de curso de graduação presente atualmente em 17 Universidades Federais do País (E-MEC, 2012). Tal característica confere ao futuro egresso, uma formação mais humanística, argumentativa, questionadora e reflexiva, ficando no segundo ciclo de formação do futuro Administrador Público, unidades curriculares de caráter específico. Além disso, as unidades curriculares em que os alunos passam neste período permitem postergar a decisão de qual curso específico seguir e com isso fazê-la com mais maturidade.

Se por um lado, tendo como primeiro ciclo de formação o BI é um fator que, de certa forma, limita e dificulta o atendimento das Diretrizes Curriculares, por outro, reforça a formação do futuro Administrador Público com a presença de unidades curriculares nas áreas de Ciências Econômicas e Ciências Atuariais. Tais conteúdos promoverão ao egresso do curso um conhecimento complementar na área de economia e de atuária que possibilitará formação mais ampla.

Dessa forma, consegue-se atender as Diretrizes Curriculares Nacionais e, ao mesmo tempo, promover uma formação diferenciada sendo uma alternativa aos cursos seriados tradicionais já existentes.

Na proposta do projeto de implantação o curso estava estruturado em 3798 horas, sendo essas distribuídas de seguinte forma: 3456 horas de disciplinas obrigatórias e do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX); 162 horas de disciplinas optativas e 180 horas previstas para o cumprimento do estágio (UNIFAL, 2008).

Almejava-se como perfil do egresso um profissional “com capacidade para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e

⁴ É importante ressaltar a ampliação do perfil docente nos editais para contratação de professores incluindo-se os cursos de graduação em Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas.

gerenciamento com vistas a torná-los agentes de mudanças no âmbito de suas futuras organizações” (UNIFAL, 2008, p.65).

A visão da universidade, neste primeiro momento de concepção do curso, era de torná-lo “um instrumento estratégico para a modernização do serviço público, tendo por objetivo formar profissionais para atuar nas áreas de gestão governamental e de formulação, implantação e avaliação de políticas públicas” (UNIFAL, 2008, p.66).

Para atender a estas expectativas, a dinâmica curricular do curso foi estabelecida da seguinte forma:

Quadro I – Dinâmica curricular do projeto de implantação do curso de Administração Pública

| Período | Unidades Curriculares |
|---|--|
| 1º | Matemática I; Formação Econômica do Brasil; Economia Política; Filosofia e Metodologia da Ciência; Comunicação I; Introdução à Economia e PIEPEX I |
| 2º | Matemática II; Introdução às Tecnologias de Informação; Ética e Empreendedorismo; Comunicação II; Introdução à Administração; Ciências Sociais e PIEPEX II |
| 3º | Instituições de Direito Público e Privado; Psicologia; Introdução à Contabilidade; Matemática Financeira; Ciência Política; Disciplina Optativa e PIEPEX III |
| 4º | Estatística; Fundamentos do Estado de Direito; Gestão de Custos; Sistemas Administrativos Informatizados; Economia das Organizações; Economia do Setor Público e PIEPEX IV |
| 5º | Administração Pública I; Contabilidade e Controladoria; Direito Constitucional; Teoria Macro Econômica; Disciplina Optativa e PIEPEX V |
| 6º | Políticas Públicas: Formulação e Avaliação; Direito do Trabalho e Legislação Previdenciária; Auditoria e Controle; Política Econômica da Regulação e PIEPEX VI |
| 7º | Administração Pública II; Direito Administrativo; Gestão dos Recursos Humanos; Marketing no Setor Público; Comércio Exterior e PIEPEX VII |
| 8º | Organização de Sistemas e Métodos; Logística e Suprimentos na área Pública; Estrutura Tributária e Finanças Públicas; Direito Fiscal e Tributário; Direito Civil; Disciplinas Optativas e PIEPEX VIII |
| 9º | Planejamento Governamental e Estratégico; Gestão e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas; Instituições Políticas e Administração Pública: Análise Comparada; Teoria dos Jogos e Modelos Matemáticos e PIEPEX IX |
| Rol de Disciplinas Optativas: Desenvolvimento Econômico; Econometria; Demografia e Introdução às Finanças | |

Fonte: elaborado pelos autores com base no projeto de implantação (UNIFAL, 2008)

Após a nomeação dos professores, iniciaram-se os estudos de reformulação da dinâmica curricular prevista no projeto de implantação. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Bacharelado Interdisciplinar ficou responsável pela reestruturação dos períodos iniciais, enquanto os professores vinculados ao curso de Administração Pública criaram o grupo de pesquisa “Sociedade, Estado e Gestão Pública” (SEGEP) que, nesse primeiro momento, tornou-se um espaço de reflexão e discussão sobre a concepção do curso.

Esse trabalho de reestruturação demandou muita reflexão e diálogo entre os integrantes do NDE do Bacharelado Interdisciplinar e os membros do SEGEP uma vez que

as alterações propostas por um dos grupos tinham grandes impactos nos outros cursos vinculados ao Bacharelado Interdisciplinar ou no próprio curso de Administração Pública.

É importante frisar a dificuldade e, ao mesmo tempo, a riqueza desse trabalho, pois foi desenvolvido por uma equipe “transdisciplinar”. No NDE do Bacharelado Interdisciplinar tínhamos professores da Economia, Administração, Estatística, Engenharia, Ciências Contábeis e Direito, tentando conceber uma base comum para os cursos de Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria, Ciências Atuariais e Administração Pública. Já no SEGEP tínhamos professores de Administração de Empresas, Ciências Sociais e Direito que traziam uma reflexão sobre Administração Pública muito enraizada nas suas formações de origem.

A dificuldade inicial da troca de opiniões entre áreas tão distintas foi sendo substituída gradativamente pela riqueza de um diálogo interdisciplinar. Ao invés de se enxergar a Administração Pública com a perspectiva de sua formação de origem, os professores começaram a refletir quais seriam as contribuições de sua área de formação para o curso e como estes conhecimentos se completavam com as formações do restante do corpo docente.

Nesse ínterim, foi criado o NDE do curso de Administração Pública que terminou os trabalhos desenvolvidos até aquele momento pelo SEGEP, concluindo o projeto pedagógico do bacharelado em Administração Pública, bem como a reestruturação da dinâmica curricular.

Além do aumento da carga horária para 3612 horas, há uma ampliação na perspectiva do curso, não sendo apenas um “instrumento estratégico para a modernização do serviço público” (UNIFAL, 2008.p.66), mas, sim, um curso que visa a formar profissionais capazes de atuar na Administração Pública em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal), em organizações governamentais e não governamentais, com uma visão crítica e interdisciplinar, de modo proativo, democrático e ético, visando à transformação e ao desenvolvimento da sociedade e do país (UNIFAL, 2012).

Essa nova concepção do curso, gestada nas reuniões do grupo de pesquisa SEGEP e refinada pelo NDE, amplia o papel da graduação em Administração Pública que, de mera instrumentalização do serviço público, passa a ter como foco a compreensão das interações contemporâneas entre sociedade e Estado visando contribuir “para a redução de assimetrias históricas que reforçam o caráter autoritário e seletivo dos poderes públicos em detrimento do equilíbrio social e, no limite, do senso de nação” (OLIVEIRA, 2009, p.1).

As unidades curriculares do curso de Administração Pública foram reestruturadas de modo a atender conteúdos de formação básica; conteúdos de formação profissional, conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias; formação complementar e teórico-práticos como se observa no quadro a seguir:

Quadro II – Reestruturação da dinâmica curricular do curso de Administração Pública

| | |
|--|---|
| Formação Básica | Introdução à Economia; Introdução à Atuária; Introdução à Contabilidade; Matemática I; Matemática II; Estatística; Filosofia da Ciência e Ética; Ciências Sociais; Ciência Política; Comunicação; História Econômica Geral; História do Pensamento Econômico; Fundamentos do Estado; Instituições de Direito Privado; Direito Constitucional; Psicologia; Ética na Administração Pública; Direito financeiro e tributário. |
| Formação Profissional | Introdução à Administração; Teoria das Organizações; Matemática Financeira; Microeconomia I; Fundamentos da Administração Pública; Macroeconomia I; Microeconomia II; Gestão de Custos; Análise de Demonstrações Contábeis; Macroeconomia II; Contabilidade pública; Gestão ambiental; Instituições políticas brasileiras; Marketing no setor público; Políticas públicas I; Modelos de democracia; Gestão de pessoas no setor público; Direito administrativo; Gestão financeira; Políticas públicas II; Administração da produção e serviços; Administração Pública contemporânea; Movimentos sociais e terceiro setor; Gestão estratégica pública; Finanças e Orçamento público. |
| Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias | Metodologia de Pesquisa; Cálculo de Probabilidade; Sistemas de Informação. |
| Formação Complementar | Demografia; Contabilidade Social; Tópicos Especiais em Adm. Pública I; Tópicos Especiais em Ciências Atuariais I; Tópicos Especiais em Economia I; Tópicos Especiais em Adm. Pública II; Tópicos Especiais em Ciências Atuariais II; Tópicos Especiais em Economia II; Matemática Atuarial I; Tópicos Especiais em Adm. Pública III; Tópicos Especiais em Ciências Atuariais III e Tópicos Especiais em Economia III. |
| Conteúdos Teórico-Práticos | PIEPEX – Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão; Estágio Curricular Supervisionado. |

Fonte: elaborado pelos autores com base no projeto pedagógico do curso (UNFAL, 2011)

Destacam-se nessa nova dinâmica a preocupação com temas como a participação social na Administração Pública, as questões ambientais e inovações na gestão. A preocupação com a participação da sociedade na gestão pública, que é tratada em disciplinas como “Movimentos sociais e Terceiro Setor” e “Modelos de Democracia”. As questões ambientais são tratadas nas disciplinas “Desenvolvimento Local e Sustentabilidade” (Tópicos Especiais em Administração Pública II) e “Gestão Ambiental” que focam, respectivamente, o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental na área pública. Já as inovações como o governo eletrônico e os novos arranjos institucionais foram tratadas respectivamente nas disciplinas “Sistemas de Informação” e “Administração Pública Contemporânea”.

5. O Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se como um espaço para discussão dos assuntos pertinentes ao projeto pedagógico do curso. O NDE tem propiciado a integração dos professores em discussões que abrangem desde estratégias mais gerais para melhorias do curso, sejam em termos de ações políticas ou didáticas, como também com relação aos conteúdos das disciplinas.

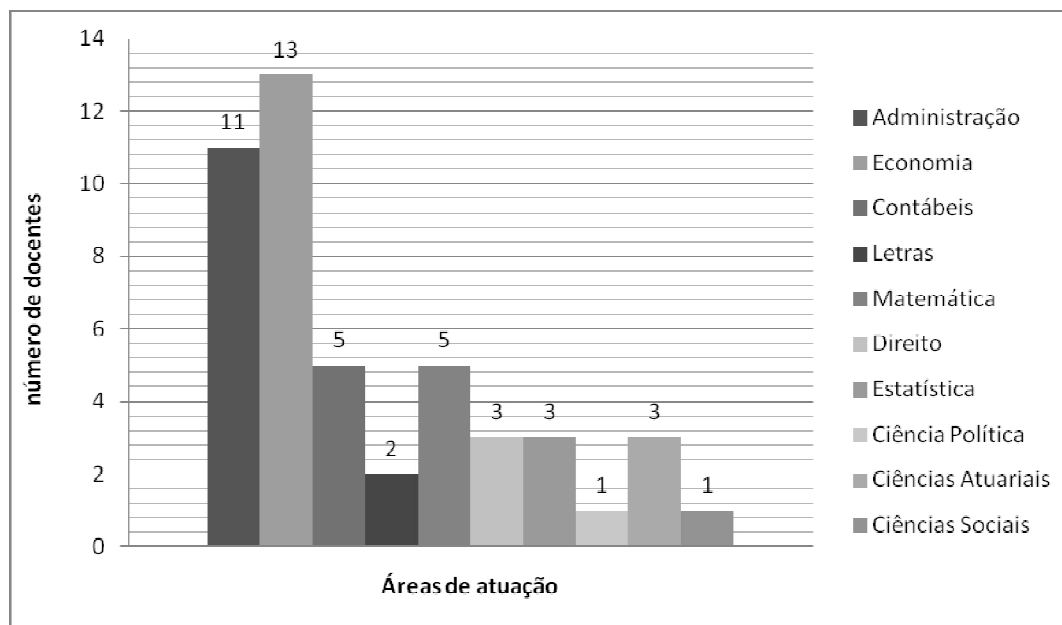
O NDE é uma instância na qual se tem discutido sobre o Projeto Pedagógico, a contribuição de cada uma das disciplinas previstas na dinâmica curricular para a formação almejada e, principalmente, o perfil do egresso que se deseja formar. Dessa forma, o NDE é o espaço onde são discutidas as alterações do projeto pedagógico, os métodos e práticas de ensinos, trocas e vivência dos professores.

Em 2012, com início das turmas específicas do curso de Administração Pública, começou-se a discussão horizontal e vertical dos conteúdos das unidades curriculares. Com este exercício promoveu-se um diálogo entre áreas que comumente não se comunicam entre si. Nesse sentido, as discussões enfatizam as necessidades de cada conteúdo e esta ação exige transpor as barreiras disciplinares para identificar possíveis sombreamentos e também que sejam definidos os principais conteúdos em cada unidade. Esta prática tem proporcionado a integração dos professores e também a criação de conteúdos com características interdisciplinares.

6. Corpo multidisciplinar e interdisciplinaridade

O curso de Administração Pública de Varginha possui um corpo docente que, pelas próprias características do BI, é composto por uma variada área de atuação e formação profissional. Atualmente o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas possui 47 docentes que estão vinculados direta ou indiretamente (docentes de disciplinas do BI) no curso de Administração Pública e atuam nas áreas representadas no Gráfico 01.

Gráfico 1 - Percentual de docentes por área de atuação



Fonte: elaborado pelos autores

Essa diversidade de áreas de atuação dos professores do ICSPA e, conseqüentemente, atuantes do curso de Administração Pública contribui para discussões interdisciplinares. No entanto, como enfatizado anteriormente, é importante a exploração de espaços onde haja a discussão sobre as fronteiras de saberes e também que se estabeleça um diálogo construtivo entre essas diversas áreas.

Dessa forma, os espaços do NDE, do grupo de pesquisa Sociedade, Estado e Gestão Pública têm contribuído para a discussão interdisciplinar. Tanto que as discussões fomentaram a criação do Mestrado *strictu sensu* em Gestão Pública e Sociedade com início no segundo semestre de 2012.

7. A pesquisa e demais atividades integradoras

Criado no ano de 2009, o grupo de pesquisa Sociedade, Estado e Gestão Pública (SEGEPE) faz um estudo crítico da cisão entre “pensar políticas públicas” e “implementar políticas públicas”. Integrando Administração, Política e Direito em três linhas interdisciplinares de pesquisa, o grupo tem como objetos de análise os ideários, os meios de regulação, os instrumentos de gestão e os arranjos institucionais que conferem sentido e forma à ação do Estado, dirigida ou integrada à sociedade.

A linha “Políticas Públicas e participação social” tem como objetivo conduzir estudos sobre a formulação, implementação e controle de políticas públicas, em diferentes

segmentos e níveis de governo, visando contribuir para sua efetividade e para consolidação dos princípios constitucionais da descentralização e da participação.

Já a linha “Arranjos Institucionais e tecnologias de gestão pública” visa subsidiar a sociedade e as organizações públicas com informações e ferramentas de gestão que promovam a melhoria de seus processos e a criação de arranjos institucionais e estratégias de gestão mais efetivas.

Por fim a linha “Direito e Administração Pública” tem como objeto de análise as atividades administrativa e jurisdicional do Estado como instrumentos de concretização de direitos fundamentais, em especial, dos direitos sociais e coletivos.

No âmbito do grupo de pesquisa foi estruturado o “Observatório de Políticas Públicas” com a proposta de: a) investigar os fundamentos dos processos de concepção, implementação e controle de políticas públicas na região Sul de Minas Gerais; b) analisar premissas, recursos de gestão e possíveis vícios que orientam, viabilizam ou desvirtuam as políticas públicas formuladas no Sul de Minas (ou dirigidas à região); c) aprender, dentro deste contexto, contornos e peculiaridades de relações da interface entre Estado e Sociedade.

Paralelamente as atividades do grupo de pesquisa são desenvolvidas, ao longo dos três primeiros anos do curso, outras atividades no Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX), no qual:

Art.1º As atividades do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão formam um conjunto de experiências de aprendizagem realizadas na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG – ou em quaisquer instituições, programas, serviços de natureza educacional, que tem como objetivo ampliar as possibilidades de aprendizagens teóricas e práticas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão relacionadas à Economia, Administração e Ciências Atuariais, através do aproveitamento das variadas experiências extra-curriculares (UNIFAL, 2012, p.1).

No PIEPEX os docentes orientam e desenvolvem projetos com um grupo de alunos e, ao final dos três primeiros anos do curso, esses devem apresentar para uma banca examinadora seu trabalho de conclusão de PIEPEX que, obrigatoriamente, deve ter como tema uma das atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo do programa. O quadro abaixo apresenta a relação de projetos ofertados pelos docentes:

Quadro III – Projetos desenvolvidos pelos docentes no PIEPEX

| Projetos desenvolvidos no Programa Integrado de Ensino Pesquisa e Extensão (PIEPEX) | |
|--|--|
| Projetos de Ensino | Envelhecimento populacional e previdência; Métodos de Análises de Riscos Atuariais; Grupo de estudos em Educação para cidadania; Grupo de estudos em Economia; Seminários e Estudos Marxistas; Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política; Inglês instrumental; Políticas Agrícolas e o Setor Produtor de Café em Minas Gerais. |
| | Projeto Empresa Júnior no ICSA; Demografia, Envelhecimento Populacional e |

| | |
|---|--|
| Projetos de Pesquisa | Previdência; A importância socioeconômica do setor de minério de ferro em Minas Gerais; Três Momentos na Obra de Celso Furtado; Estudo do Impacto Econômico das Mudanças Climáticas no Custo de Produção do Café; Estudo do Impacto Econômico da Instalação de um Biodigestor em uma propriedade Rural de Pequeno Porte; Estudo de caso; Impacto Econômico da Expansão do Ensino Superior em Varginha; Impacto da automação na Geração de Empregos em Varginha; Censo Empresarial de Varginha; Políticas Públicas no Mercado de Café; Grupo de Estudos em Políticas Sociais; Análise do perfil de lances de leilões online; Análise Gráfica de Séries Temporais; A Industrialização no Sul de Minas Gerais (1880-1940); Contribuições da Câmara Técnica Estadual de Café para o Setor Produtivo em Minas; Conselheiros Municipais e Cidadania – O caso do conselho Municipal de saúde de Varginha; Um Estudo sobre a Dinâmica Identitária de Professores Gerentes de universidades federais do estado de Minas; Estudos Aplicados em Contabilidade e Finanças. |
| Projetos de Extensão | Desenvolvimento de Processos de Comunicação Integrada para o BICE; Clube de Trocas: Uma alternativa para construir relações solidárias e estimular o desenvolvimento cultural na Unifal-MG; Economia Doméstica. |
| Projetos de ensino interface pesquisa | Controladoria e Finanças; Grupo de Estudo Sistema Financeiro e Finanças; Marketing e Comportamento do Consumidor: entendendo o comportamento de consumo de alimentos na perspectiva da “Associação Terra do Marolo” de Paraguaçu-MG; Marketing e Comportamento do Consumidor: Perfil sócio-demográfico e hábitos alimentares de alunos de Ensino Superior; Comportamento/Perfil de Consumo dos Estudantes da Unifal-campus Varginha: um estudo na perspectiva de valores pessoais; Direitos Fundamentais. |
| Projetos de ensino interface pesquisa e extensão | A economia da Saúde: investigações teóricas e empíricas; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIFAL-MG; Qualificar para desenvolver: as mulheres de Varginha em cena aberta; Análise do Discurso e Ciências Sociais Aplicadas: interface metodológica. |

Fonte: elaborado pelos autores com dados da Secretaria do PIEPEX, 2012.

8. Considerações finais

Procurou-se evidenciar neste artigo a construção da identidade do Bacharelado de Administração Pública da UNIFAL-MG, campus Varginha, a partir dos desafios político-institucionais e do campo de saber.

Embora estes desafios tenham exigido do grupo grande esforço no sentido de encontrar soluções para os problemas vivenciados, também contribui para o fortalecimento do grupo em torno de propostas criativas e de melhorias tanto na concepção do curso como no envolvimento dos discentes em pesquisas e atividades que permitem um aprendizado complementar e uma vivência acadêmica para os alunos que vai interferir e agregar em sua formação profissional.

Estes desafios também contribuem na formação da identidade do grupo e também do próprio curso no qual, depois da crise do ensino superior em administração pública (conforme caracterizada por Coelho, 2006), vem desenhando novas formas de inserção e reencontrando os espaços na sociedade em atendimento às novas demandas e transformações sociais.

Dessa forma, hoje, com uma infra-estrutura consolidada e o estabelecimento do diálogo interdisciplinar, vê-se os esforços recompensados, mas ainda há muito a batalhar para que haja o reconhecimento de toda a sociedade da importância de cursos no campo de públicas e que os alunos egressos desses cursos possam desempenhar suas funções em prol do interesse público.

9. Referências

BRESSER PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado republicano**: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COELHO, F. S. Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de Administração Pública – em nível de graduação – no Brasil. [Tese de doutorado] São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (EAESP), 2006.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Os paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p.41-48, 1994.

NEVES, Marcelo. Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente. **Dados**, Rio de Janeiro, v.37, n.2, p.253-276, 1994.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e. PROJETO TEMÁTICO DO GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE, ESTADO E GESTÃO PÚBLICA. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=86716026GNX9IP>. Acesso em 10 set. 2012.

PARK, K. H.; BONIS, D. F.; ABUD, M. R. **Introdução ao estudo da administração**. São Paulo: Pioneira, 1997.

RAMOS, GUERREIRO. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008. Disponível em <http://www2.cfa.org.br/publicacoes>. capturado em 20/09/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO CAMPUS VARGINHA (2008). Disponível em: < <http://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/?q=bachinterce> > Acesso: 10 Set.2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. PROJETO PEDAGÓGICO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2011). Disponível em: < http://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/sites/default/files/01%20Administração%20Publica_Internet.pdf > .Acesso em 10 set. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2012). Disponível em: < <http://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/?q=admpub> > . Acesso em 10 set. 2012.

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Editora UnB: São Paulo, 1999.

ⁱDoutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Coordenador do Bacharelado em Administração Pública. Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas – campus Varginha.

ⁱⁱ Doutora em Direito (PUC-SP). Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas – campus Varginha.

ⁱⁱⁱ Doutorando em Engenharia (UNESP). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Coordenador de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia. Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas – campus Varginha.